



Micro e pequenas empresas em território de cluster de base artesanal: diagnóstico interpretativo

Fernando Pacheco Cortez¹

Edgard Alencar²

Mariany Sousa Marques³

Resumo

O objetivo deste estudo foi identificar e descrever como lideranças de micro e pequenas empresas de Resende Costa (técnicos de organizações públicas e privadas) que lhes prestam assessoria e representantes do executivo municipal interpretam o ambiente em que atuam, de forma a relacionar possíveis fatores favoráveis e fatores limitantes ao desenvolvimento dessa modalidade empresarial. A noção de significado utilizada na construção das redes de significação implica que a análise foi conduzida a partir da perspectiva do ator da ação e não do observador, como requer o método interpretativo. Assume-se a utilização do método indutivo em que as categorias e os modelos emergem da análise do discurso ou da ação desses atores. Construíram-se as redes de significação a partir dos objetos situacionais identificados como fatores favoráveis e limitantes, segundo a perspectiva dos diferentes atores sociais entrevistados. A produção de base artesanal, associada à localização geográfica do

¹ Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas. Docente da Universidade Federal de São João Del-Rei. End: Universidade Federal de São João Del-Rei, Curso de Administração. Praça Frei Orlando, 170. Centro. São João Del Rei, MG – Brasil. E-mail: fpcortez@ufsj.edu.br

² Doutor em Rural Social Development pela The University of Reading. Professor aposentado da Universidade Federal de Lavras. E-mail: eddalencar@uol.com.br

³ Graduanda da da Universidade Federal de São João Del-Rei. Bolsista da da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. E-mail: mariany_bq@hotmail.com

município e à exploração turística, constitui-se como elemento importante para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos em Resende Costa. Como fatores limitantes, inscrevem-se: a reduzida participação de poder público no apoio efetivo a esse setor, além da baixa intensidade de práticas associativistas, principalmente na produção artesanal.

Palavras-chave: Micro e pequena empresa; Cluster de base artesanal; Desenvolvimento territorial

Micro and small enterprises in artisan cluster territory: interpretative diagnostic

Abstract

The aim of this study was to identify and describe how leaders of small and micro enterprises Resende Costa, technicians public and private organizations that provide them with advice and representatives of municipal executive interpret the environment in which they operate, in order to relate possible favorable factors and factors limiting the development of this type of business. The notion of meaning used in the construction of networks of meaning implies that the analysis was conducted from the perspective of the actor and not the action of the observer, as the method requires interpretation. It assumes the use of the inductive method in which the categories and models emerge from the analysis of the speech or action of these actors. They built up networks of meaning from the objects identified as situational factors favorable and limiting the perspective of different social actors interviewed. The artisanal production base, coupled with geographic location of the city and the tourist operation consists of elements important for the development of small enterprises in Resende Costa. As limiting factors are inscribed the reduced participation of the government in effective support to this sector and the low intensity of associative practices, especially in craft production.

Keywords: Micro and small enterprises; Cluster-based craft; Territorial development

Introdução

Diferentes estudos, dentre eles os realizados por Pereira (2003), Santos (2004) e Cypriano (2004), já indicavam, em termos de abrangência nacional, a importância do conjunto das micro e pequenas empresas na oferta de postos de trabalho, no valor gerado da massa de salários e na diversificação de atividades econômicas, aspectos expressos tanto na indústria e, principalmente, nos setores de comércio e serviços.

Segundo dados do SEBRAE (2012a), as micro e pequenas empresas existentes no Brasil continuam a exercer papel de destaque no conjunto da economia brasileira. Em relação ao ano de 2010, estas foram responsáveis por cerca de 40% do total da massa de salários das empresas em geral e representavam 52% do número total de empregados com carteira assinada no país. Expressando um conjunto de 6.120.927 de unidades, empregaram cerca de 14.710.631 de trabalhadores, com rendimento médio mensal de R\$ 1.099,00. Embora ainda seja relativamente pequeno o número de micro e pequenas empresas exportadoras (11.858 unidades), o valor exportado gira em torno de 2,0 bilhões de dólares.

Conforme os dados da SEDE (2013), existem, atualmente, em Minas Gerais cerca de 750.000 micro e empresas de pequeno porte, representando 99% das organizações do estado. Distribuem-se nos diferentes segmentos de mercado com 10,5% na indústria e 3,7% de participação na construção civil. Sua concentração, no entanto, é verificada nos setores do comércio (45,6%) e de serviços (40,2%).

Resultado da crescente importância econômica desse segmento, o setor público, em resposta às demandas históricas propugnadas por seus representantes, propôs a conhecida “Lei Geral da Micro e Pequena Empresa”, a rigor o “Estatuto Nacional das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP)”, instituída por meio da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, que promoveu modificações importantes para o segmento. Há quase seis anos sancionada, essa Lei consolidou vantagens significativas para o respectivo segmento, tais como: desoneração na folha de pagamento, redução da carga tributária e maior participação em licitações públicas. No caso específico de Minas Gerais, para o ano de 2012, o Governo realizou aquisições e contratou serviços em valor aproximado de R\$ 3,6 milhões de fornecedores cadastrados como microempresas e empresas de pequeno porte, segundo dados da SEDE (2013).

Em relação aos pequenos empreendimentos, os últimos anos têm sido marcados por importantes modificações de natureza econômica e social, não só no Brasil, mas em escala global, conforme SEBRAE (2012b). Além disso, a institucionalização das atividades dos microempreendedores individuais (MEIs), aliada a outras políticas de apoio ao setor, fez com que se aumentasse a taxa de empreendedorismo no país, aproveitando-se o aumento do consumo e do poder aquisitivo das famílias.

Dada a importância social do segmento de micro e pequenas empresas, esse trabalho intencionou compreender melhor o contexto sócio-econômico das cidades adjacentes ao município de São João Del Rei, MG; nesse sentido, realizou-se um diagnóstico interpretativo⁴ centrado na percepção dos dirigentes das micro e pequenas empresas do município de Resende Costa-MG, local de expressão de um importante *cluster*⁵ de base artesanal, conforme Silva (2010) e Abreu (2002). O município, localizado geograficamente na mesorregião Campo das Vertentes, tem população de 10.913 habitantes (2010) e um território de 618 Km². É predominantemente urbano - 80,4% - contra 19,6% residentes no meio rural. Destaca-se por sua tecelagem tradicional de tapetes, colchas e similares e também como incipiente pólo turístico, face à condição de cidade histórica e também por se localizar próxima a outras cidades congêneres, como Tiradentes, Prados e, mesmo, São João Del Rei. Segundo o IBGE (2010), a participação dos serviços no Valor Adicionado do município é de 68,25%, o que expressa a importância da atividade artesanal aí incluída; a indústria participa com 12,6% e a agropecuária com 19,14%. Quanto à frota de veículos do município (2010), a participação relativa das motocicletas (26,6%) é pouco superior à média do estado (24,6%) e também superior à média nacional para o mesmo período - 22,8% - e confirma a tendência crescente desse tipo de transporte no interior do país. Com relação aos aspectos demográficos, chama atenção, no período de 2008 até 2010, conforme dados do IMRS (2011), o decréscimo populacional, em termos absolutos, em todas as primeiras sete faixas medidas, incluindo-se aquela que compreende a população

⁴ Subparte do projeto: Potencialidades e Limitações das micro e pequenas empresas dos municípios de São João Del Rei, Resende Costa e Prados, MG: uma análise interpretativa.

⁵ O conceito de cluster aqui se refere à perspectiva de Reis (1992) que o define como um sistema produtivo local, articulado por pequenas e médias empresas que resultam de iniciativa local, atuando em um setor de especialização produtiva e cuja referência é uma cultura técnica comum, a partir de um histórico relativamente longo.

de 16 a 19 anos de idade. De modo análogo, há aumento, em termos absolutos, para o mesmo período, de todas as faixas de idade acima de 19 anos. Há, portanto, uma nítida tendência de diminuição dos estratos mais jovens da população local e, simultaneamente, aumento naqueles referentes aos mais velhos. Tal fenômeno reafirmou-se, posteriormente, por meio dos depoimentos das lideranças empresariais, principalmente aquelas que atuam diretamente na atividade artesanal.

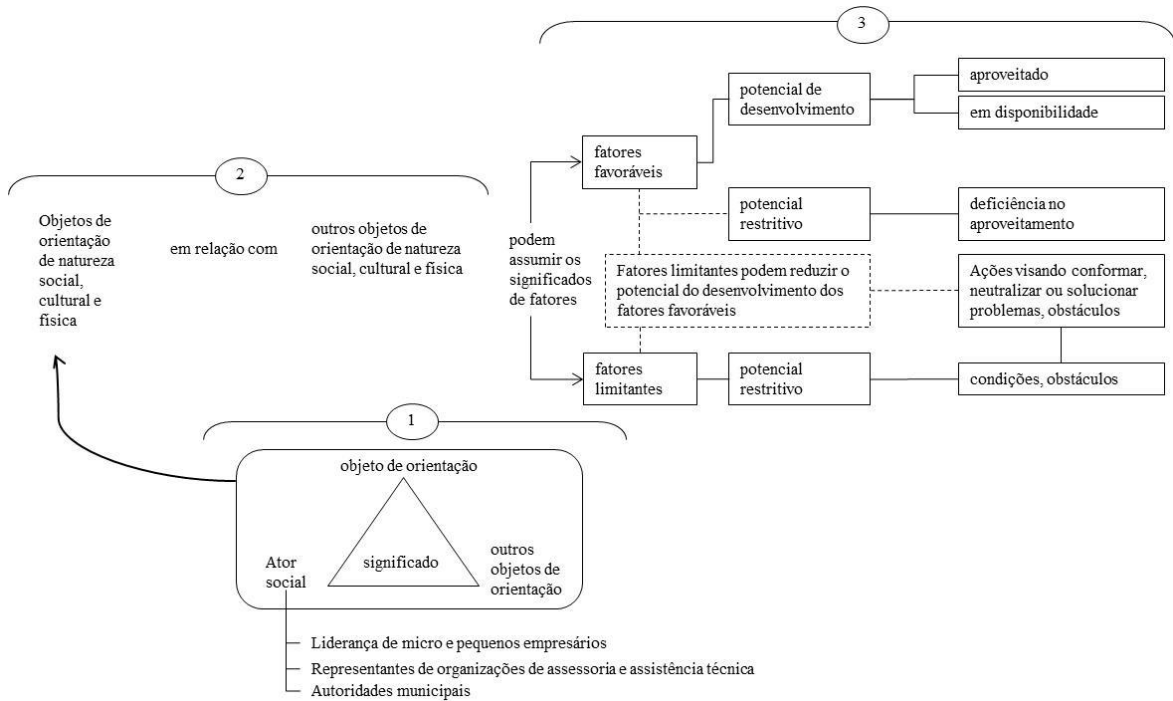
Fundamentação teórica

O referencial básico desse trabalho é a Teoria da Ação. As análises se orientam na interpretação dos atores sociais pesquisados em relação ao ambiente em que atuam e na busca pela identificação de possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento de suas atividades. Mesmo que se concentre a análise na perspectiva do sujeito, procura-se também reconhecer as dimensões macroanalíticas, cientes da influência que a estrutura social é capaz de exercer nas interpretações e ações dos seres humanos. Desta forma, a ação social será trabalhada a partir de uma perspectiva teórica que supere o dualismo entre sujeito e estrutura, como sugerem Bourdier (1986) e Giddens (1989). Utiliza-se o conceito de significado de Taylor (1979) e o esquema de situação, ambiente ou contexto do “marco de referência da teoria da ação” proposto por Parsons e Shils (1968) para a construção dos esquemas analíticos. Contudo, para a análise dos depoimentos, utiliza-se a “teoria da estruturação” de Giddens (1989), procurando-se encontrar possíveis relações que possam ser identificadas entre interpretações dos sujeitos e elementos estruturais, isto é, as “agências”.

Segundo Taylor (1979), quando se fala de significado usa-se um conceito com a seguinte articulação: significado existe para um indivíduo e é de alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em um contexto, representado pela parte 1 da Figura 1. Em primeiro lugar, essa articulação aponta para a concepção de que o significado não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo de indivíduos, em um dado contexto. Em segundo lugar, admite-se que, tratando-se de outros indivíduos e de outros contextos, o mesmo objeto poderá ter diferentes significados. Assim, é possível distinguir diferentes significados a partir de um mesmo objeto de orientação. Isso não significa que o objeto de orientação e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que o objeto tem duas descrições, em uma

das quais ele é caracterizado em termos do que representa para o indivíduo. Nesse sentido, as relações entre as duas descrições não são simétricas, fazendo com que a descrição, em termos de significado, seja orientada para a busca de seus diferentes substratos (essências). Em terceiro lugar, os objetos só possuem significados em um contexto (situação), isto é, em relação aos significados de outros objetos também presentes no contexto. Isso equivale a dizer que um dado objeto não pode ser visto de forma singular, não relacionado com outros objetos significantes. Ao se considerar essas proposições de Taylor (1979), assume-se, nesse estudo, que o significado corresponde às qualidades que o ator social (individual ou coletivo) percebe nos objetos que compõem a situação em que atua e que pode assumir as características de objetivos, meios os condições de sua ação. Por isso, o uso desse conceito na análise interpretativa implica na definição sobre o que se entende por “ação”, “ator social”, “fins (metas e objetivos)”, “meios”, “condições”, e “situação”, esta última também de nominada “ambiente” ou “contexto”.

Figura 1: Esquema geral para construção de redes de significação



Fonte: Alencar (2002, p.8)

O comportamento humano pode ser interpretado como uma ação que tem as seguintes características: a) é orientada para a obtenção de fins, metas ou objetivos; b) tem lugar em uma situação (ambiente ou contexto); c) é normativamente regulada; d) implica em gasto de energia (esforço) e motivação. Ator social é o agente que desenvolve a ação e tanto pode ser um indivíduo quanto uma coletividade (ator coletivo). Fins (metas ou objetivos são estados futuros que o ator ou atores querem atingir e, por isso, desenvolvem a ação. Meios são os componentes da situação sobre as quais o ator julga ter controle e que ele pode utilizar (ou desejar utilizar) a fim de alcançar seu objetivo. Condições (obstáculos) são os elementos da situação que impedem, limitam ou condicionam a consecução do objetivo da ação, representada pela parte 2 da Figura1. Situação é a parte do mundo na qual o ator atua e é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social, física ou cultural. Os

objetos de natureza social são os outros atores (individuais ou coletivos), cujas ações e atitudes são significativas para o ator em análise. Os objetos culturais são os componentes do ambiente, criação dos seres humanos e podem ser classificados em componentes materiais e componentes não materiais da cultura. Componentes materiais são os objetos físicos, instrumentos, equipamentos, construções, etc. Os conhecimentos requeridos para que esses objetos possam ser usados são classificados como componentes não-materiais da cultura. Estes não têm uma estrutura física (conhecimentos, valores, ideologias, normas, etc.). No entanto, fornecem ao ator padrões de referência para: a) escolher os objetivos (fins ou metas), b) eliminar ou contornar os efeitos das condições (obstáculos) sobre a ação e c) selecionar os meios adequados para atingir os fins propostos. Objetos físicos são os elementos da natureza (solo, clima, topografia, recursos hídricos, distâncias, etc.) e os componentes materiais da cultura (máquinas, equipamentos, instrumentos, etc.). A orientação da ação, isto é, o estabelecimento dos fins, a seleção dos meios para atingi-los e a neutralização das condições implica na possibilidade de escolha, o que se denomina processo de orientação.

Esse processo envolve: a) conhecimento, da situação em que a ação se desenvolve, incluindo: 1) o lugar de um objeto de orientação (um potencial objetivo, meio ou condição) entre os demais objetos de orientação (outros possíveis objetivos meios ou condições); e 2) a determinação das propriedades atuais e potenciais dos objetos de orientação, tendo em vista a consecução dos objetivos estabelecidos pelo ator; b) ponderação, avaliação e seleção dos meios e dos objetos que comporão o plano de ação. A palavra “meio” foi substituída pela expressão “fator favorável” e “condição” por “fator limitante”, considerando que essas expressões se mostraram mais bem compreendidas pelos entrevistados, conforme parte 3 da Figura 1.

Considerando que é no processo de orientação que o ator social atribui a um dado objeto a qualidade de “fim”, “meio”, ou “condição” de sua ação, esses conceitos podem ser articulados com as considerações de Taylor (1979) sobre significado. Deve-se observar que o ator: a) possui histórias, experiências e habilitações que o diferenciam ou aproximam de outros atores; b) está inserido em uma estrutura social; c) é parte de uma cultura e pode ter interesses conflitantes ou não com os de outros atores. Por consequência, vários fatores podem influenciar o modo com um ator específico ou categorias de atores sociais interpretam a realidade em que vivem. Além de explicar a possibilidade de uma situação apresentar diferentes

interpretações, tais fatores constituem os elementos que, muitas vezes, colocam em confronto a abordagem interpretativa e as abordagens estruturais. A inclusão de características como “classe”, “ocupação”, “valores”, “ideologia”, “interesses” e “experiências” que acompanham o ator social reflete a preocupação em expor que as interpretações dos atores entrevistados sobre o ambiente em que vivem podem apresentar múltiplos significados e que os diferentes significados podem ser influenciados pela estrutura social, embora tal influência não seja um ato que transcende a reflexão humana, conforme Giddens (1989).

Essa última dimensão analítica destaca a possibilidade de as configurações assumidas pelas estruturas econômicas, sociais e políticas brasileiras, bem como as internacionais, se transformarem em fatores estruturantes da ação de diferentes atores sociais, fundamentando a interpretação que fazem da situação em que atuam. Tal pressuposição indica que, na análise das informações coletadas, deve-se levar em conta que o cenário estudado, Resende Costa e seu entorno, se integra a um contexto social mais amplo.

Para a condução dessa análise, as interpretações efetuadas pelos entrevistados serão confrontadas com a literatura existente sobre o fenômeno em foco, seja ele representado por dimensões econômicas, sociais e políticas nos níveis regional, nacional e internacional. Tais considerações servirão de fundamento para a montagem de redes de significação, partindo da análise dos depoimentos. Essas redes consistem na construção de um sistema geral de combinações de significados e serão montadas para cada uma das categorias de atores entrevistados. O papel principal das redes é permitir a identificação de pontos comuns nas interpretações de distintos atores, bem como as dimensões que os distinguem.

Metodologia

A noção de significado utilizada na construção das redes de significação (Fig.1) implica que a análise foi conduzida a partir da perspectiva (ponto de vista) do ator da ação e não do observador, como requer o método interpretativo. Busca, nesse sentido, compreender como atores sociais específicos interpretam o ambiente em que atuam, extraíndo dele as informações que julgam significantes, a fim de estabelecer estratégias de ação aptas a influir no ambiente. Assume-se a utilização do método indutivo, em que as categorias e os modelos emergem da análise do discurso ou da ação desses atores. Consubstanciados em Jones (1993), tanto o desenvolvimento da teoria

quanto a descrição e a operacionalização das variáveis decorrem do processo de pesquisa, ao invés de serem seus meios ou instrumentos.

Para a coleta de informações, utilizou-se o método denominado “entrevista focalizada” (*focused-interview*) que, segundo Alencar e Gomes (1998), é caracterizado por dispor os tópicos em um roteiro de abordagem da entrevista, não assumir a forma de questões estruturadas e não se limitar ao aprofundamento dos mesmos tópicos mediante outras questões originadas naturalmente do processo de pesquisa. Em conjunto a essas características são observados também os elementos da “entrevista focalizada”, propostos por Flick (2009), tais como: a) não-direcionamento, b) critério da especificidade - a entrevista exhibe os elementos específicos que determinam o impacto ou o significado de um evento para o entrevistado - e c) o critério do espectro, em que se assegura que todos os aspectos e tópicos relevantes à questão da pesquisa estejam explícitos durante a entrevista. A elaboração do roteiro ordenou-se como segue: inicialmente, procurou-se detectar os fatores que os entrevistados identificam como favoráveis (possíveis meios) e limitantes (possíveis condições) ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas do município em estudo e a razão por que os consideram como favoráveis ou limitantes. Após isso, procurou-se identificar como eles relacionam tais fatores com os demais objetos de orientação que compõem o ambiente (objetos culturais, físicos e sociais). A relação dos fatores favoráveis com os demais objetos de orientação decorre da descrição que os entrevistados fizeram da potencialidade desses fatores, da maneira pela qual poderiam ser articulados na formulação de possíveis estratégias de ação e dos objetos de orientação percebidos como elementos que reduzem as potencialidades de tais fatores. De modo análogo, procedeu-se com a relação aos fatores limitantes e os demais objetos de orientação; nesse caso, buscou-se conhecer como esses fatores poderiam ser contornados ou neutralizados.

Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, em que as pessoas são escolhidas mediante determinados critérios (mínimo de cinco anos de atuação no município de estudo) e em função da relevância das informações prestadas. Combinou-se com tal procedimento a utilização da “técnica bola de neve”, em que uma pessoa entrevistada sugere nomes para novas entrevistas. Os atores sociais que representam o foco da análise de estudo são as lideranças empresariais locais, os representantes do executivo municipal e os principais assessores dos órgãos públicos e privados de apoio à micro e pequena empresa. A

partir de contatos presenciais, previamente agendados, foram estabelecidos os procedimentos visando a abordagem inicial, momento em que se procurou apresentar os objetivos do estudo, as instituições participantes, a justificativa e a relevância social. Dada a população da cidade e a expressão numérica das micro e pequenas empresas, determinou-se a execução de um número mínimo de quinze entrevistas, distribuídas igualmente aos diferentes tipos de atores sociais. No caso dos órgãos públicos e privados de apoio à micro e pequena empresa, foram entrevistados representantes de todas as instituições do município. Quanto ao executivo municipal, foram realizadas cinco entrevistas, obtidas mediante disponibilidade do prefeito municipal e das secretarias municipais, cujas áreas de atuação fazem interface com as ações pertinentes aos interesses das micro e pequenas empresas. Em relação às lideranças municipais, o procedimento de escolha dos elementos da amostra deu-se através da confrontação de uma listagem prévia fornecida pela Associação Comercial do município com outra fornecida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. De dez nomes iniciais foram selecionados àqueles citados cinco ou mais vezes por um líder empresarial, que, necessariamente, foi indicado por outro. No estudo, considerou-se micro e pequena empresa aquelas classificadas conforme SEBRAE (2012b). Num primeiro momento, a análise das entrevistas, após sua transcrição, observou o modelo de paradigma de codificação proposto por Strauss e Corbin (1998), em que causas e consequências de um fenômeno estão mediadas, por um lado, pelas estratégias e, por outro, pelo contexto e pelas condições intervenientes. O conjunto das entrevistas gerou 12,3 horas de gravação, com a participação de dezoito respondentes.

Resultados e discussão

A categorização dos fatores identificados como favoráveis e limitantes observou os procedimentos apostos em Bardin (2004, p.113). Optou-se por uma categorização do tipo “milha”, em que o sistema de categorias não é fornecido *a priori*, mas sim construído por meio da classificação analógica e progressiva dos elementos. Os fatores identificados como favoráveis expressaram uma constância em quatro dimensões principais: físico-naturais, sócio-econômicas, sócio-culturais e político-legais. Em relação à primeira: a rede de significação de fatores físico-naturais inscreveu a localização geográfica do município de Resende Costa, e sua proximidade com

outras cidades históricas, como majoritariamente assinaladas tanto por lideranças empresariais, quanto por dirigentes de órgãos de apoio às micro e pequenas empresas e representantes do executivo municipal. Segundo a maioria dos depoimentos, configura-se como fator favorável e que se encontra parcialmente explorado. Uma das lideranças empresariais, ao se referir especificamente a esse fator, assim se expressa: *“Entre outras questões que limitam, há a questão da sinalização da rodovia, de publicidade. Isso é muito deficiente. [...] Passar por aqui e ir direto? Isso não é perigoso não, isso acontece. Muitos Vêm de Tiradentes pra Resende Costa e chegam em Lagoa Dourada, outros passam direto de Belo Horizonte pra São João Del Rei. O trevo de Resende Costa é muito mal sinalizado”* (LE, liderança empresarial).

De maneira semelhante, também o executivo municipal considera a localização geográfica como fator favorável, cujo potencial de desenvolvimento está parcialmente explorado. Em um dos depoimentos desse grupo de atores sociais, o mesmo fator é recorrente: *“Tem uma certa dificuldade das pessoas saberem realmente o acesso aqui. Por exemplo, tem gente que sai de Belo Horizonte pra vir aqui e aconteceu de ir lá em Barbacena pra vir aqui. Por falta de informação por que é só entrar ali em Murtinho, e se o cara tá lá em Carmópolis pra vir em Resende Costa em qualquer época tem estrada que passa por dentro aqui é sessenta quilômetros e vai lá em São João, noventa, pra chegar aqui”* (IA, representante do executivo municipal).

No mesmo sentido, é expressiva a manifestação - presente em todos os depoimentos - dos dirigentes de órgãos públicos e privados de apoio quanto ao assentimento do fator “localização geográfica” como favorável. A questão do turismo regional, elencada como fator favorável, é percebida pelos três diferentes grupos de atores sociais como fator parcialmente explorado e que, segundo esses entrevistados, deveria ser objeto de atenção por parte dos órgãos públicos municipais, mas, principalmente, pelo próprio executivo e, até mesmo, pelos órgãos estaduais de fomento à atividade turística.

Nesse sentido, os depoimentos são recorrentes em apontar a necessidade de ações conjuntas e planejadas, em diferentes níveis. Em um deles, assinala-se: *“Eu acredito não é... aquela velha questão que o turismo não faz sozinho e uma cidade por si só, a não ser que ela tenha um diferencial muito grande, uma estrutura muito boa, mas o município do porte de Resende Costa se não se unir, se não participar de uma forma conjunta, principalmente na questão do turismo, na*

questão econômica, você não consegue avançar muito” (CS, liderança empresarial).

Em relação à rede de significação dos fatores sócio-econômicos, o artesanato local foi interpretado como fator favorável na totalidade das expressões verbalizadas dos atores sociais entrevistados. Para eles, o artesanato é considerado fator essencial, maior protagonista, além de ser considerado como diretamente responsável pelas atividades econômicas que se desenvolvem no território de Resende Costa. Trata-se de um histórico cuja atividade é exercida há mais de duzentos anos e o fato de empregar, intensivamente, mão de obra não necessariamente formalizada, a atividade possibilita geração de renda, em ciclos curtos e constantes, a praticamente toda a população em condições de operar o tear, além de se constituir como atividade suplementar de renda para o conjunto de trabalhadores formalizados.

A importância da atividade é reconhecida sob diferentes perspectivas pelos três grupos de atores sociais. Entre os discursos, destaca-se: *“O artesanato é muito melindroso, tenho um medo danado de sofrer alguma interferência por parte do poder público e atrapalhar. Tudo que você viu aí nessas lojas todas, aquele movimento todo na parte de baixo foi pelo próprio artesanato, sem qualquer regra a ser seguida, foi daqui, dali, foi até chegar nesse ponto. Quando chega alguém querendo impor seu ponto de vista, que tem que ser feito isso, teoricamente tem que ser feito isso, acho perigoso pra danar...atrapalhar”* (HE, liderança empresarial).

Representante de órgãos públicos e privados de apoio, ao se referir à atividade artesanal, assim como os demais depoimentos de seus pares, reafirma a sua importância: *“É uma produção artesanal ímpar porque nós temos produtos que não são encontrados nas lojas tradicionais de confecção, de presentes. São produzidos aqui, então são produtos que você tem certa dificuldade de encontrar mesmo nos grandes centros. Então isso atrai.”* (EO, dirigente de órgão de apoio).

Entretanto, outras lideranças empresariais, por, naturalmente, terem objetos situacionais que envolvem o conjunto de informações e práticas relativas ao conhecimento do mercado onde atuam, exemplificam a questão de maneira mais específica: *“Alguns produtos dormiram durante um tempo, você num vai conhecer a antiga colcha de lã, essa colcha, esse produto andou adormecido Ele era um dos principais produtos feitos e na década de cinquenta, sessenta, andou adormecido e entrou o retalho, resíduo de malha. Depois, no início de noventa tivemos uma volta aí desse produto, vendeu-se bastantinho*

dele e hoje praticamente inexistente. Então a cidade aprendeu a ir se adequando aos produtos que são procurados, se adequando a observar tendências” (SM, liderança empresarial).

Nesse ponto, há uma clara manifestação da ideia de que o artesanato local está orientado não somente para mercados locais, que atendem aos eventuais turistas que percorrem o circuito histórico do Campo das Vertentes, mas a mercados geograficamente distantes, numa situação que é caracterizada por se produzir até mesmo sob a demanda orientada. Isso é corroborado devido ao fato de que a maioria da produção é comercializada pela rede de atacadistas locais, valendo-se, inclusive, de vendas por meio eletrônico.

Quanto à rede de significação dos fatores sócio-culturais, observou-se que tanto lideranças empresariais quanto dirigentes de órgãos de apoio assentiram como fator favorável certo espírito empreendedor, fato que também pode ser expresso por meio de uma pretensa habilidade negocial reconhecida como própria do território. A influência das relações de base familiar na produção artesanal também é destacada como principal fator responsável pela manutenção da atividade em níveis plenos de produção, sem ociosidade tanto de artesãos quanto de teares.

Em relação aos fatores limitantes categorizados na dimensão político-legal, entre aqueles que tiveram maior frequência, destaca-se, na maioria dos depoimentos, a falta de apoio do poder público municipal, não somente para a atividade artesanal, mas também para o conjunto das micro e pequenas empresas. Um dos dirigentes de órgãos de apoio manifestou-se dessa forma: *“A gente num tem nem virtual... já correu atrás de tudo, eles prometem, prometem e nunca ajudam. E, financeiramente, cada um arrumar um pouquinho, até a gente já deu essa sugestão, mas isso é uma coisa de partir de todos... [...] e aí não... nem se você precisar pagar uma conta de água, não, hoje eu não tenho dinheiro. [...] É assim que ele fala, então, pra quê a gente vai se humilhar para chegar lá?” (AC, dirigente de órgão de apoio).*

Ampliando-se o escopo desse fator limitante, com exceção dos representantes do executivo municipal, os demais discursos são também recorrentes ao se referirem à necessidade de implantação de políticas públicas de apoio ao setor, fazendo também referência à insuficiência de recursos destinados à divulgação dos produtos locais, principalmente advindos da produção artesanal.

Na dimensão sócio-cultural, os fatores limitantes expressaram-se, com maior frequência, na baixa propensão ao associativismo e também na descontinuidade das associações de interesse dos próprios

empresários, além da promoção de eventos de apoio e divulgação do setor. Isso revela, a princípio, uma situação de associativismo precário ou de baixa intensidade. Trata-se, entretanto, de fenômeno que é explicado pelas características próprias do “ethos” artesão, no qual sua histórica individualidade mantém-se mesmo que tal cadeia produtiva incorpore diferentes atores sociais pertencentes a outros grupos de interesse específico. Dentre alguns discursos, destaca-se: *“Então o desinteresse é enorme, não há interesse mesmo. Não é falta de gestão [...] Quando eu chegava, porque eu tive de ir de loja em loja... olha, eu tô fazendo isso e isso e o sujeito falava: Ah, não... aí eu vou e tal. Aí, pagava-se para ir, mas eu percebia que eles pagavam para associação não ter prejuízo, mas o interesse de ir nenhum. E num ia, num mandava, num tem interesse. Eu atribuo isso à própria história né, cresceu sem isso. Não precisei disso não. Essa frase eu escuto: Ah, esse negócio de associação, nunca precisei disso não”* (MO, liderança empresarial).

Os fatores limitantes categorizados na dimensão sócio-econômica inscreveram-se nos aspectos, práticas e ações relativas à própria gestão dos negócios. Assim, questões como desconhecimento de uma planilha de custos, capacidade produtiva de atuação em mercados mais amplos e conhecimento técnico tanto de artesãos quanto de empresários foram citadas em maior frequência. Nesse caso, em seus discursos, tanto as lideranças empresariais quanto os órgãos de apoio foram quase unânimes em mencionar a qualidade das práticas de gestão e a adequação aos modernos instrumentos gerenciais como elementos necessários à manutenção da atividade artesanal.

Considerações finais

À luz dos indicadores sócio-econômicos oficiais disponíveis sobre o município de Resende Costa, e através da observação empírica durante as visitas efetuadas na região, torna-se evidente a importância do artesanato para a economia do território. Não obstante a população do município se concentrar no setor urbano (pouco mais de 80%), ainda persistem, no meio rural, atividades fragmentadas próprias da cadeia produtiva dos tapetes e colchas feitas nos teares, produtos esses que serão, posteriormente, comercializados na cidade.

A questão da localização geográfica, percebida como fator favorável pela maioria dos entrevistados, reflete a realidade de momento, uma vez observado que são cada vez mais intensos os fluxos

de turistas e clientes que atuam no mercado de artesanato. Além disso, dada a proximidade com outras cidades históricas da região “Campo das Vertentes”, a tendência é a consolidação desse município como parte integrante de um circuito turístico capaz de oferecer alternativas de consumo que envolvam aspectos culturais (eventos religiosos, festivais de música, etc.) e diferentes produtos artesanais.

Deve-se salientar que a classificação desses fatores favoráveis e limitantes decorre da percepção que os atores sociais envolvidos no estudo (representantes do executivo municipal, dirigentes de órgãos públicos e privados de apoio à micro e pequena empresa e lideranças municipais) têm sobre o universo da micro e pequena empresa. Nesse sentido, a construção da rede de significados, tanto para os fatores favoráveis quanto para os limitantes, pode não refletir fielmente a realidade tal e qual se expressa no momento. Trata-se, a rigor, de uma interpretação a partir dos significados que os objetos de orientação têm para cada grupo específico de atores sociais. Isso pode ser exemplificado por algumas contradições identificadas nos discursos. Em uma delas, observou-se que nenhum das lideranças empresariais (principalmente atacadistas) mencionou a promoção de feiras e eventos como ação efetiva para o desenvolvimento da atividade artesanal, ao contrário dos dirigentes de órgãos de apoio, quase unânimes em propor tais tipos de ação. De fato, são interesses opostos que se contrapõem, uma vez que a maior parte das vendas são realizadas em grandes volumes (atacado), em detrimento do mercado varejista que atende, principalmente, aos turistas que frequentam a região. Além disso, ao se observar a taxa de emprego do setor formal, 13,7%, segundo o IMRS (2011), nota-se uma discrepância com a realidade atual, pois, ao longo dos depoimentos, é recorrente a menção sobre a dificuldade de se obter mão de obra, tanto para a atividade artesanal quanto para a construção civil, comércio, etc. Mencionadas essas contradições, o uso da Teoria da Ação Social, ainda assim, é pertinente nesse estudo específico, conquanto que tais fatores são determinados pela estrutura e por fatores subjetivos dos entrevistados.

Agradecimentos

Artigo elaborado a partir da pesquisa: “Potencialidades e Limitações das micro e pequenas empresas de São João Del Rei, Prados e Resende Costa-MG, uma análise interpretativa” financiada peça Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Referências

- ABREU, J. C. **Estratégia e oportunidades locais**: um estudo sobre rede dinâmica em aglomerados de empreendedores de base artesanal. 2002. 349p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998, 212p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. 223p.
- BOURDIER, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996. 230p.
- CYPRIANO, C. A. C. **Pequena empresa, desenvolvimento social e ação institucionalizadora do SEBRAE**. 2004.335p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 318p.
- (Índice Mineiro de Responsabilidade Social). 2011. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/component/search/imrs?ordering=&searchphrase=all>> Acesso em: 05 jan.2013
- JONES, P. **Studying society**: sociological theories & research practices. London: Collins, 1993, 182p.
- KLUTH, V. S. A rede de significados: imanência e transparência. In: BICUDO, M.A.V. **Fenomenologia**: confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000. p.106-140.
- PARSONS, T.; SHILS, E.A. **Hacia uma teoria general de la acción**. Buenos Aires: Kapelusz, 1968. 555p.
- PEREIRA, M. F. **Gerenciamento da informação**: um diagnóstico da micro e pequena empresa industrial de Londrina. 154p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

REIS, J. **Os espaços da indústria: a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1992.

SANTOS, C. A. dos (Org.). e **Sistema financeiro e as micro pequenas empresas: diagnóstico e perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2004.192p.

(Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.). Disponível em: <
<http://www.sebraemg.com.br/BibliotecaDigital/CaracteristicasdasMicroPequenasEmpresasdeMinasGeraisestatisticasdososestabelecimentosedoquadrosocial.aspx>
2012a> Acesso em 05 jan.2013.

). Disponível em: <
[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/9C7193E6952F10FF832579DE0055AE54/\\$File/NT0004753A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/9C7193E6952F10FF832579DE0055AE54/$File/NT0004753A.pdf). 2012b. Acesso em: 01 jan.2013.

– (Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico, 2013.) Disponível em:<
<http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/pt/microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte>. > Acesso em: 05 jan.2013

SILVA, G. M. **Mercado como construções sociais: divisão do trabalho, organização e estrutura social de um mercado em um território municipal**. 2010. 359p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG

STRAUSS, A.L; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**. London: SAGE, 1998.

TAYLOR, C. Interpretation and sciences of man. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W.M. In: **Interpretative social science: a reader**. Los Angeles: University of California Press, 1979. p.25-71.